

## Um raio de esperança

*Profissão  
jornalística  
ma*

**A** PRISIONADA desde 1969 a imposições legais absurdas, por força de um decreto-lei da Junta Militar que então exercia o Governo, a profissão de jornalista no Brasil agora sente baixarem também sobre ela as asas da reconquista democrática.

**N**O COMITÊ da Comissão de Estudos Constitucionais incumbido da elaboração da declaração de direitos acaba de receber aprovação unânime a proposta do jornalista Mauro Santayanna e do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, eliminando a exigência do diploma de curso universitário para os profissionais de imprensa. No momento em que essa proposta estiver convertida em dispositivo constitucional, ou mesmo em lei ordinária, o exercício do jornalismo voltará a ser entre nós não somente uma atividade livre, desvinculada das peias do corporativismo, mas ainda um trabalho revalorizado nas suas qualificações intelectuais, técnicas e sócio-culturais.

**O**S ARGUMENTOS capitaneados por Mauro Santayanna e seguidos por outros membros do comitê, inclusive o escritor Jorge Amado, exprimem em termos exemplares a situação de perda democrática e de perda qualitativa representada pelo atual estatuto do jornalismo profissional brasileiro. Antes de mais nada o decreto-lei do governo autoritário de 1969 limita o acesso aos meios de comunicação aos que fizeram curso superior específico. Como se não bastasse esse tipo de elitismo, estabeleceu um modelo corporativo no setor jornalístico cujas

desvantagens se distribuem entre os vocacionados para o trabalho de imprensa e as empresas e os órgãos de informação que necessitam de profissionais talentosos e capazes.

**A** CRIAÇÃO da "reserva de mercado" no setor tem sido um desastre completo para todos os interesses envolvidos, sem excluir os dos próprios jornalistas. Na verdade, a experiência vem demonstrando copiosamente que somente os donos das escolas de jornalismo (ou "comunicação social", segundo o modismo dos empenhados em complicar, mascarar e encarecer os coisas simples) se beneficiaram da inovação restritiva.

**O** BOM jornalista nasce da vocação, da tendência posta à prova e do jogo natural do mercado. E mais nada. A formação universitária pode ajudar, freqüentemente ajuda, porém constitui item absolutamente dispensável. Nas faculdades de jornalismo numerosos estudantes sem qualquer propensão para o ramo aprendem disciplinas que de modo nenhum lhes incutem os fatores da capacidade e do talento profissionais. Quanto àqueles alunos servidos das qualidades inatas da profissão, ou que se descobrem atraídos e instrumentados para o seu exercício, não necessariam aferrar-se aos vários anos do currículo universitário pretensamente especializado. Preferissem qualquer outra carreira intelectual de nível superior, ou que se limitassem apenas a cursos de nível médio, e os seus méritos jornalísticos tomariam corpo neces-

sariamente e o habilitariam às oportunidades do mercado.

**ENGANA-SE** quem pensa que o espírito sindicalista se confunde com os objetivos da liberdade profissional ou que se coloca sempre em defesa dos mais fracos. As pressões sindicais que entre nós defendem com unhas e dentes a exigência do diploma universitário para o jornalista outra coisa não fazem senão fechar as portas a numerosos brasileiros em condições de trabalhar na imprensa, e com isso prejudicam particularmente os mais pobres. Protege-se a mediocridade diplomada em detrimento da competência espontânea, ou pelo menos de uma competência que dispensaria a perda de tempo, as despesas e os entraves regulamentares resultantes do enclausuramento universitário da profissão.

**DE RESTO**, em vez da chamada "conquista de classe", o que o corporativismo geralmente promove no campo do exercício profissional — qualquer que seja ele — é o cultivo do egoísmo, do exclusivismo, da competição cartorial, de alguns dos piores atributos do ser humano e social.

**DA COMISSÃO** Afonso Arinos surge um raio de esperança. O Brasil todo está mudando. A imprensa não poderia, sob qualquer aspecto, perder o passo nesse período de restaurações e transformações. A liberdade de imprensa, viga-mestra da democracia, começa com o pressuposto da profissão jornalística livremente exercida, valorizada e dignificada.